

Percepções de docentes da rede estadual de educação básica da Bahia sobre adoecimento laboral e qualidade de vida

Sandra Maria Lopes Soares¹ Claudio Pinto Nunes²

Resumo

O presente artigo analisou as percepções dos(as) educadores da Educação Básica, da Rede Estadual de Educação da Bahia, sobre qualidade de vida no trabalho e adoecimento laboral, tendo em vista a condição de afastamento profissional para tratamento de saúde. Este é um estudo de natureza qualitativa, elaborado com base nos conceitos do materialismo histórico-dialético (MHD), sobretudo, contradição e totalidade, tendo em vista o contexto neoliberal de (re)produção econômica. Concluímos que os educadores representam o ambiente de trabalho (entra e extra-sala de aula) como sendo adoecedor e permeado por relações díspares e assimétricas de poder; ademais, consideram a dispensa trabalhista para tratamento médico de saúde, como sendo promotor da qualidade de vida no trabalho.

Palavras-chave: Direito trabalhista, Educação Básica, Tratamento médico.

Perceptions of teachers of the basic education network of the state of Bahia on workplace diseases and quality of life

Abstract

This article analyzed the perceptions of Basic Education educators from the Bahia State Education Network about quality of life at work and illness at work, taking into account the condition of professional leave for health treatment. This is a qualitative study, developed from the concepts of historical-dialectical materialism, above all, contradiction and totality, taking into account the neoliberal context of economic (re)production. We conclude that educators represent the work environment (inside and outside the classroom) as repugnant and permeated by disparate and asymmetrical power relations; In addition, they consider that free time to receive medical treatment promotes quality of life at work.

Keywords: Labor law, Basic education, Medical treatment.

Percepciones de los docentes de la red de educación básica del estado de Bahía sobre las enfermedades laborales y la calidad de vida

Resumen

Este artículo analizó las percepciones de los educadores de Educación Básica de la Red de Educación del Estado de Bahía sobre la calidad de vida laboral y las enfermedades profesionales, considerando la condición de la licencia profesional por tratamiento médico. Se trata de un estudio cualitativo, desarrollado con base en los conceptos del materialismo histórico-dialéctico (HDM), especialmente los de contradicción y totalidad, considerando el contexto neoliberal de (re)producción económica. Concluimos que los educadores perciben el entorno laboral (tanto dentro como fuera del aula) como insalubre y permeado por relaciones de poder dispares y asimétricas; además, consideran que la licencia por tratamiento médico promueve la calidad de vida laboral.

Palabras clave: Derecho laboral, Educación básica, Tratamiento médico.

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil. E-mail: san.mls.27@gmail.com

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil. E-mail: claudionunesba@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este estudo trata de um tema bricolagem, ou seja, é uma temática com recorte local e ao mesmo tempo global, a saber, as percepções sobre qualidade de vida e adoecimento laboral no ofício educacional, diante das mais recentes e controversas transformações das condições de trabalho no contexto do neoliberalismo econômico. Logo, o foco desta investigação são as percepções dos docentes da Rede Estadual de Educação da Bahia sobre o adoecimento laboral, considerando aqueles que foram afastados temporariamente de suas atividades pedagógicas por meio de licenças médicas.

A saber, as transformações no mundo do trabalho, intensificadas desde o século XX em função da busca por maior produtividade, têm aprofundado a precarização das condições laborais. No campo educacional, essas mudanças impactam diretamente a saúde dos(as) professores(as), que enfrentam desafios que extrapolam o ambiente da sala de aula e influenciam diretamente suas práticas pedagógicas (Mészáros, 2015; Pereira; Previtali, 2017; Pereira, 2018).

Ademais, constantes mudanças de governo trazem novas modalidades de ensino de maneira abrupta, sem a devida formação prévia para os(as) educadores(as). A redução da carga horária dos componentes curriculares e a introdução de novos conteúdos forçam os docentes a assumir mais turmas para completar sua carga horária, muitas vezes lecionando disciplinas fora de sua área de formação, o que compromete ainda mais seu tempo livre e bem-estar (Saviani, 2017).

Soma-se ao contexto supracitado as constantes reformas educacionais, que impõem novas exigências, criando disciplinas específicas que requerem profissionais capacitados. No entanto, os mesmos professores acabam assumindo tais responsabilidades, mesmo sem a qualificação necessária. Esse cenário gera estresse emocional, preocupação excessiva e prejudica tanto o desempenho profissional quanto a saúde mental e física. O sentimento de obrigação em entregar um trabalho de qualidade, aliado à frustração por não atingir as expectativas, pode levar a um sentimento de fracasso, insatisfação pessoal e, em casos mais graves, ao desejo de abandonar a profissão.

As condições impostas pelo Estado, com exigências de produtividade sem a devida valorização e investimento no profissional da educação pública, obrigam muitos docentes a trabalharem além de sua carga horária para garantir a subsistência. Isso resulta em sobrecarga, comprometendo a saúde e a qualidade de vida desses profissionais, elementos que estão interligados e se influenciam mutuamente (Fagiani; Previtali, 2014). Assim sendo, neste estudo analisamos as percepções e representações que os profissionais da educação, afastados para tratamento médico, compartilham e expressam, sobre o adoecimento no ambiente de trabalho e os estágios enfrentados durante o tratamento médico, no qual a qualidade de vida desponta como sendo um resultado alcançado.

No primeiro momento tratamos das concepções contemporânea acerca da saúde, da doença laboral e da qualidade de vida no trabalho; em seguida trataremos dos direitos legais que asseguram as docentes da Rede Estadual de Educação da Bahia de gozar dos direitos trabalhistas de tratamento de saúde, afastamento e readaptação profissional; por fim, mas não menos importante, trataremos das análises sobre as representações dos docentes baianos sobre a qualidade de vida no trabalho e adoecimento laboral.

| QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Estabelecer um conceito único de qualidade de vida não é tarefa fácil, uma vez que muitos autores divergem sobre alguns aspectos a serem considerados como qualidade de vida, dentre eles as percepções dos próprios educadores. O que se pode perceber é que devem ser adotados aspectos objetivos e subjetivos para se obter um conceito mais amplo que contemple a saúde física e mental.

Nosso problema de investigação foi compreender: quais são as concepções que os docentes afastados por licença médica para tratamento de saúde compreendem e dão significado a ideia de qualidade de vida diante do trabalho? Defendemos que este tema de pesquisa é de relevância para o campo da Educação, uma vez que impacta no processo educacional; interfere diretamente na qualidade do ensino; e na qualidade de vida e saúde do docente. Portanto, apresentamos as razões que justificam sua pertinência a partir de três aspectos: as inquietações pessoais, as contribuições sociais e sua relevância no cenário acadêmico.

Dentre as razões que justificam sua relevância pessoal, encontram-se o fato de que todos os envolvidos neste estudo, tanto os investigadores quanto os colaboradores integram algumas das instituições, em seus diferentes níveis e modalidades, que compõe o sistema público educacional—sobretudo, em âmbito estadual. Ademais, a mestranda que assina este estudo, propôs a temática a partir de suas próprias experiências profissionais, particularmente, por ter se utilizado de seu direito trabalhista de afastamento médico em momentos específicos de sua carreira no ensino público, na Rede Estadual de Educação da Bahia – contexto escolhido para a pesquisa.

A qualidade de vida, as condições adequadas de trabalho e os direitos trabalhistas são pilares essenciais para o exercício da docência na rede pública de ensino. Primeiramente, a qualidade de vida influencia diretamente no bem-estar físico e mental dos professores, refletindo-se na sua capacidade de desempenhar suas funções com eficácia. Ambientes de trabalho que proporcionam conforto, segurança e suporte emocional são fundamentais para que os educadores possam se concentrar no ensino e na orientação dos alunos.

Além disso, condições adequadas de trabalho, como infraestrutura escolar bem-mantida, recursos pedagógicos atualizados e apoio administrativo competente, são indispensáveis para o desenvolvimento profissional dos docentes. Um ambiente de trabalho estimulante não apenas melhora o desempenho individual dos professores, mas também promove uma cultura de colaboração e inovação dentro das escolas, beneficiando diretamente a qualidade do ensino oferecido aos alunos.

Observamos, ao longo desta análise, sobretudo, na revisão bibliográfica que tencionamos em realizar, a prevalência das discussões sobre a qualidade de vida entre os profissionais da educação e os fatores que contribuem e/ou afetam na promoção da saúde ou adoecimento (Bondan, 2011; Tabelião; Tomasi; Neves, 2011; Pinheiro, 2014; Davoglio; Lettini; Baldissera, 2015; Wilberstaedt; Vieira; Silva, 2016; Tamiasso, 2017; Melo, 2017). Um dado imediato que despontou durante nossa análise preliminar das investigações foi a presença de diversas definições para a concepção de qualidade de vida. Consideramos, assim, ser esse um conceito polissêmico, uma vez que assume diversos significados, dentre os quais destacamos alguns deles, a fim de posteriormente conceituarmos ao nosso modo baseado nesses estudos.

Defendemos que a existência de sólidos direitos trabalhistas, como jornadas de trabalho definidas, salários dignos, benefícios sociais e garantias de segurança no emprego, são essenciais para atrair e reter profissionais qualificados na docência. Esses direitos não apenas valorizam o trabalho dos professores, reconhecendo sua importância na sociedade, mas também garantem condições estáveis para que possam investir no aprimoramento contínuo de suas habilidades e conhecimentos, essenciais para uma educação pública de qualidade.

A valorização da qualidade de vida, condições adequadas de trabalho e direitos trabalhistas consolidados são fundamentais para assegurar não apenas o bem-estar dos docentes, mas também a excelência do ensino na rede pública. Logo, investir nessas áreas não é apenas uma questão de justiça social, mas uma estratégia fundamental para o desenvolvimento educacional e social do país como um todo.

DIREITO DO TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA: AFASTAMENTO, TRATAMENTO MÉDICO E READAPTAÇÃO

No âmbito da Administração Pública existe um conjunto variado de legislações, normativas, diretrizes que tratam dos direitos trabalhistas dos educadores que atuam nos sistemas educacionais (público e privado), nas esferas federativas (União, Distrito Federal, Estados e Municípios) e nos ciclos que compõe a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais – e o Ensino Médio) e o Ensino Superior e a Educação Profissional e Tecnológica.

Desse modo, precisamos estabelecer alguns critérios e selecionar alguns desses marcos legais, de modo a utilizarmos suas disposições como conteúdo suplementar para análise e interpretação dos dados produzidos ao longo das conversações, a fim de identificarmos algumas das contradições entre o prescrito e o praticado no contexto do exercício profissional da docência.

Na Constituição Federal (1988), os Estados que integram a federação são considerados autarquias, gozando assim da prerrogativa de estabelecer legislações próprias ao funcionalismo público, desde que sejam observadas as disposições constitucionais e não contradigam os direitos básicos elementares que compõe a Carta Constitucional. Com relação ao direito constitucional à saúde, tratado na Seção II, o art. 196 estabeleceu que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, assim sendo, é dever dos entes federativos, garantir de modo justo e igualitário as condições básicas para os tratamentos das enfermidades e doenças, aos cidadãos que encontram-se sob sua responsabilidade jurídica, independente da vinculação ou não às esferas da Administração Pública. Portanto, o acesso à saúde, é uma condição básica garantida pela Constituição Federal, cabendo aos entes federativos criar normatizações para promover a saúde e minorar os riscos trazidos pelas doenças. Assim, a garantia do direito à licença médica, no âmbito do funcionalismo público, não se caracteriza um privilégio aos agentes que integram à Administração, sendo na verdade, um dever do Estado. No contexto baiano, o direito à saúde, no tocante aos servidores públicos, o marco legal que garante a licença médica é a Lei n. 6.677, de 26 de setembro de 1994, conhecida também como Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais.

Neste conjunto de normas existem uma série de disposições legais que orientam o direito à saúde, tais como presente no Capítulo III, Da Relotação e da Remoção, no art. 49, em que se estabeleceu o direito à “[...] remoção a pedido, para outra localidade, por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, condicionado à comprovação por junta médica oficial, hipótese em que, excepcionalmente, será dispensada a exigência de claro de lotação” (Bahia, 1994, p. 10 11). Ademais, o art. 113 garantiu o direito ao afastamento remunerado das atividades profissionais, dentre os quais se encontra o tratamento médico.

No referido estatuto baiano ficou determinado, no art. 118 o direito ao afastamento médico sem prejuízo aos respectivos planos de carreira dos servidores; para além dessa conquista, a matéria do direito à licença médica foi tratada de modo mais amplo no art. 119, em seu parágrafo II, em que a concessão será garantida “[...] para tratamento de saúde de pessoa da família do servidor, até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias” (Bahia, 1994, p. 28).

No âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia, o direito à licença médica dos servidores públicos, dentre os quais se inserem os docentes da Rede Estadual de Educação da Bahia, encontra-se garantido na Lei n. 6.677/1994, em conformidade às disposições legais impostas pela Constituição Federal (1988), contudo, cabe questionarmos o cumprimento dessas normas a partir das experiências profissionais dos educadores que participam desta pesquisa, de modo a revelarmos quais são as possíveis contradições existentes entre o prescrito e praticado.

Ademais, sentimos a necessidade de estabelecermos uma discussão sobre as relações entre dados produzidos (perfis etnográficos e relatos de experiências), o conjunto normativo (legislações e instrumentos para concessão à licença médica) e o arcabouço conceitual e metodológico selecionado para esta investigação. Julgamos pertinente essa discussão, uma vez que a relevância desse estudo se justifica não apenas pela escassez de investigações sobre o objeto de análise quanto também pela importância social da análise conjunta da qualidade de vida, das condições do trabalho docente e direitos trabalhistas, das políticas públicas educacionais para a promoção da saúde e da minoração dos impactos sociais do adoecimento laboral para a prática pedagógica na Educação Básica na modalidade do Ensino Médio, fornecida pela Rede Estadual de Educação da Bahia.

Um dado imediato que devemos considerar é o fato de que, mesmo havendo diversos instrumentos (digitais e físicos) voltados à popularização dos direitos trabalhistas, em especial, à licença médica para tratamento de saúde, grande parcela dos(as) colaboradores aqui ouvidos(as), informaram “desconhecerem” e/ou terem “demorado” para tomar ciência a respeito dessas normativas, o que julgamos ser uma das estratégias para a manutenção dos(as) trabalhadores(as) em seus postos de trabalho – mesmo em situações de adoecimento.

No sítio digital oficial da Secretaria Estadual de Educação da Bahia, é possível encontrarmos uma série de informações que orientam os/as docentes acessarem os serviços, em especial, o direito à licença médica.

Na definição que é dada à Licença para tratamento de saúde o texto informa que a licença médica é “[...] concedida ao servidor, sem prejuízo da remuneração, para tratamento da própria saúde, a pedido ou de ofício, devendo a justificativa correspondente ser atestada em laudo médico”, cujos critérios básicos são: ser servidor(a) público; e, estar acometido(a) de enfermidade que exija tratamento.

O portal do RH/Bahia ainda trouxe outras informações de utilidade pública, a fim de “facilitar” o processo de solicitação e afastamento, dentre elas encontram-se os procedimentos para o requerimento, a saber: abertura de processo dirigido a Coordenação de Perícia Médica, por meio do preenchimento do requerimento de inspeção médica, com ciência do chefe imediato, comprovado por meio de assinatura e carimbo; apresentação de docu-

mento de identidade – Registro Geral (RG) e/ou demais documentos oficiais que contenham fotografia; comparecimento junto a Coordenação de Perícias Médica para atendimento pela junta médica oficial ou, apresentação de atestado e/ou relatório médico que ateste a incapacidade de locomoção, tendo como prazo limite 48 horas após o atendimento; apresentação do Relatório Médico original, com validade de no mínimo 30 dias.

Contudo, no sítio digital oficial inexistem informações sobre as patologias que são classificadas enquanto passíveis de licença trabalhista para tratamento de saúde e/ou para o processo de solicitação de aposentadoria, deixando margens para controvérsias, disputas técnico-biomédicas e rejeições indevidas, sendo essa ausência uma ação intencional, representativa do papel de órgão mediador que é concedido à junta médica delegada pela Rede Estadual de Educação da Bahia.

Em sua análise sobre a relação entre trabalho, saúde e qualidade de vida dos(as) docentes, Reis et al. (2020, p. 101) argumentaram que “o tema da sobrecarga de trabalho, por exemplo, é recorrente, prevalecendo a ideia de menor disponibilidade de tempo para cuidados com a saúde, o lazer, a alimentação, as atividades físicas, o repouso, a higiene e a prevenção de doenças” que são fatores de riscos à saúde, responsáveis pelo adoecimento laboral e agravamento das patologias de natureza crônica e congênitas.

Diante deste cenário, as estratégias que são promovidas para a melhoria da qualidade de vida dos(as) docentes da Rede Estadual de Educação da Bahia, não se referem à jornada de trabalho como sendo um fator de adoecimento laboral; por outro lado, as ações, recomendações e “dicas” que são expostas em seus dispositivos (sítio digital oficial e guia) referem-se aos procedimentos que podem e “devem” ser adotados para minorar, minimizar e evitar o cansaço físico e mental. Em seu sub texto o que ficou explicitado foi a responsabilização aos/às trabalhadores(as) sobre os seus próprios processos de adoecimento, assim, o que se espera, ao fim e ao cabo, é a constituição de um “corpo” saudável, capaz de: assumir altas cargas de atividades, em proveito do cumprimento das excessivas jornadas diárias/semanais de trabalho (intra e extra sala de aula); alcançar as metas pedagógicas (estaduais e nacionais) e do envolvimento em tarefas extra sala de aula – participação em oficinas, cursos de formação continuada, organização de solenidades previstas nos calendários festivos, acúmulo de cargos técnico administrativo etc.; ocupar e acumular cargos na administração das unidades escolares (diretoria e/ou coordenação pedagógica); e, resignar os(as) profissionais acerca das condições materiais, estruturais, institucionais e técnico-pedagógicas que totalizam a práxis docente.

Em estudo recente, com base nas condições de trabalho dos(as) docentes e na saúde desses(as) profissionais que atuam nas redes municipais de educação da macrorregião do Sudoeste da Bahia, Silva; Brito e Nunes (2020) revelaram que o aumento na carga horária de trabalho dos(as) profissionais se justificava pela baixa remuneração salarial, impelindo

grande parcela a assumir vínculos, tanto na rede pública quanto privada ou de modo concomitante nas redes estadual e municipal, o que segundo os relatos estaria entre as principais causas de: adoecimento laboral, agravamento de problemas crônicos e/ou congênitos, afastamento e desligamento. À vista disso, a relação entre trabalho ↔ saúde ↔ qualidade de vida não pode desconsiderar as condições estruturais, materiais, institucionais e individuais, configurando, assim, a totalidade do(s) fenômenos sociais que são: a existência, o acesso e a garantia dos direitos trabalhistas; as condições para a promoção da qualidade de vida entre os(as) docentes; e, as percepções (subjetivas) dos(as) colaboradores, por meio de suas experiências, seus desafios, suas impressões acerca dos processos de adoecimento ↔ tratamento ↔ cura.

Assim, devemos problematizar o papel da junta médica no processo de mediação da concessão do direito trabalhista de afastamento laboral para tratamento de saúde. Pois, sabemos que a junta médica de saúde desempenha um papel fundamental na garantia do direito ao tratamento médico dos docentes afastados por problemas de saúde. Sua atuação assegura que o afastamento desses profissionais seja respaldado por uma avaliação criteriosa, baseada em critérios técnicos e científicos. Esse processo visa preservar a integridade física e mental do professor, garantindo que ele receba o suporte necessário para a recuperação antes de retomar suas funções. Além disso, a junta atua como um mecanismo de proteção aos direitos trabalhistas, assegurando que os afastamentos sejam legitimados por razões médicas e não sejam tratados como simples faltas ao trabalho.

Outro aspecto relevante da atuação da junta médica é a promoção de um ambiente de trabalho mais justo e humanizado. A partir da análise das condições de saúde dos docentes, é possível identificar fatores relacionados ao ambiente profissional que podem estar contribuindo para o adoecimento, como a sobrecarga de trabalho, a falta de infraestrutura adequada e o estresse constante. Com essas informações, a gestão escolar e os órgãos de educação podem adotar medidas preventivas e corretivas, minimizando os riscos de novos afastamentos e promovendo melhores condições de trabalho.

A junta médica também desempenha um papel importante na orientação e encaminhamento dos docentes afastados para tratamentos especializados. A partir da avaliação de cada caso, é possível recomendar intervenções específicas, como apoio psicológico, fisioterapia ou tratamentos médicos especializados, contribuindo para a reabilitação plena do profissional. Essa abordagem integrada não apenas favorece o retorno mais seguro ao trabalho, mas também contribui para a redução de recaídas e novos afastamentos, fortalecendo a saúde física e mental do educador.

Portanto, a atuação eficaz da junta médica contribui para garantir a transparência e a equidade no processo de concessão de licenças médicas. Ao seguir protocolos estabelecidos, ela assegura que todos os docentes sejam tratados de maneira justa e imparcial, evi-

tando tanto abusos quanto negligências. Além disso, o acompanhamento contínuo durante o período de afastamento permite avaliar a real necessidade de prorrogação da licença ou o retorno gradual às atividades, sempre considerando as condições de saúde do profissional e seu bem-estar.

Assim sendo, opor junta médica vs. Superintendência de Recursos Humanos, encarando a primeira enquanto instrumento de defesa dos interesses do Estado e a segunda enquanto órgão de proteção da classe trabalhadora, seria redundarmos em um simplismo falsificador da realidade (totalidade), uma vez que os sujeitos empossados em ambos os órgãos (efetivos e/ou eletivos), agem não apenas a partir de seus pressupostos individuais (ideologias), de suas visões de classe e/ou dos instrumentos legais (infraestrutura) que orientam a estrutura (Estado), existe nessas composições um complexo jogo de interesse (contradições) que permitem a defesa de um em detrimento do outro (mediações).

PERCEPÇÕES SOBRE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E ADOECIMENTO LABORAL

Com base no método do MHD, Cardoso Júnior et al. (2022) sinalizam para a necessidade de compreendermos os antônimos de qualidade de vida, a partir das percepções dos educadores, de modo a compreendermos os opostos complementares e as oposições dialéticas, se por meio da tese, antítese e síntese, produz a realidade e as percepções de saúde, trabalho e doença que circulam no imaginário dos profissionais da educação.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de investir na promoção da saúde e no bem-estar dos professores como uma prioridade na agenda educacional e das políticas públicas de valorização da carreira profissional da docência. Isso implica não apenas em oferecer acesso a serviços médicos e psicológicos de qualidade, mas também em criar um ambiente de trabalho que valorize o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, promova a prevenção de doenças e o autocuidado, e incentive o apoio mútuo entre os membros da comunidade escolar. Ao reconhecer e agir sobre a interdependência entre saúde e desempenho profissional, as instituições educacionais podem não apenas melhorar as condições de trabalho dos professores, mas também fortalecer a qualidade do ensino e aprendizagem. Um professor saudável não é apenas um ativo para a escola, mas também um modelo a ser seguido pelos alunos, inspirando-os não apenas com seu conhecimento, mas também com sua vitalidade e compromisso com o bem-estar integral.

Um dado preliminar com relação às percepções dos(as) professores(as) colaboradores(as) que contribuíram para este estudo é de que o processo de licença trabalhista (temporária e/ou permanente) não é fácil, sendo caracterizado enquanto: “burocrático”, “excessivo”, “difícil” e “penoso”. Conforme interpretamos, os(as) docentes ouvidos(as) consideraram as dificuldades em torno do processo (solicitação, avaliação e concessão) enquanto um fator

de agravo dos quadros de saúde, de diminuição da qualidade de vida durante o tratamento e de adoecimento psicológico e mental.

O adoecimento profissional de professores é um fenômeno complexo e multifacetado que merece uma análise crítica e aprofundada, especialmente no que diz respeito às suas inter-relações com a qualidade de vida e as condições de trabalho. Este texto busca promover uma reflexão crítico-analítica sobre esse tema, considerando suas diversas dimensões e implicações. A interpretação dos dados coletados, além dos procedimentos preconizados pelo MHD, contará com o apoio da metodologia da análise de conteúdo (Bardin, 1977).

A análise de conteúdo, conforme desenvolvida por Laurence Bardin em 1977, é uma abordagem sistemática e rigorosa para examinar o conteúdo de textos de diversas naturezas, como entrevistas, discursos, artigos, entre outros. Este método é amplamente utilizado em ciências sociais e humanas para identificar padrões, temas e significados subjacentes aos dados textuais. Bardin propõe três fases principais para conduzir a análise de conteúdo: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos. Na fase de pré-análise, o pesquisador realiza a organização inicial dos dados, estabelecendo objetivos claros e definindo categorias ou unidades de análise. Este processo envolve a leitura atenta do material para familiarização com o conteúdo, identificação de palavras-chave e conceitos relevantes, além de delinear um plano de codificação. Em seguida, na fase de exploração do material, o foco está na codificação sistemática do conteúdo textual de acordo com as categorias previamente definidas.

Aqui, o pesquisador aplica técnicas como a codificação aberta, axial e seletiva para capturar nuances e variações nos dados. Por fim, na fase de tratamento dos resultados obtidos, Bardin propõe a interpretação dos padrões emergentes e a elaboração de conclusões fundamentadas. Isso envolve a síntese dos dados codificados, a identificação de relações entre categorias e a elaboração de inferências sobre os temas ou significados subjacentes ao texto. A análise de conteúdo de Bardin (2017) não se limita à simples contagem de ocorrências, mas busca compreender profundamente o contexto e o sentido do material analisado, oferecendo uma abordagem robusta para a pesquisa qualitativa em diversas áreas do conhecimento.

Em primeiro lugar, é crucial destacar que a qualidade de vida dos professores está intrinsecamente ligada às condições em que desempenham suas atividades laborais. O ambiente escolar, as demandas da profissão, a carga de trabalho e a relação com os alunos e colegas de trabalho são apenas alguns dos fatores que influenciam diretamente a percepção de qualidade de vida desses profissionais; além disso, conforme discutimos a partir dos estudos das relações entre contexto educacionais e estruturas e conjunturas políticas e econômicas, os fatores externos ao ambiente de trabalho também interferem na preserva-

ção e promoção da saúde quanto do aparecimento e/ou agravamento de doenças (Bondan, 2011; Wilberstaedt; Vieira; Silva, 2016; Tamiasso, 2017).

Em muitos casos, as exigências do trabalho docente podem gerar estresse, ansiedade, exaustão emocional e física, impactando negativamente o bem-estar e a saúde dos professores. As condições de trabalho dos professores também desempenham um papel significativo no adoecimento profissional. Salas de aula lotadas, falta de recursos materiais e tecnológicos adequados, sobrecarga de atividades extracurriculares, longas jornadas de trabalho e baixos salários são apenas algumas das condições adversas que os professores enfrentam regularmente. Esses aspectos podem contribuir para o desenvolvimento de problemas de saúde física e mental, incluindo doenças musculoesqueléticas, distúrbios psicológicos e burnout.

É importante ressaltar que o adoecimento profissional dos professores não é apenas uma questão individual, mas também uma questão social e estrutural. Políticas educacionais inadequadas, falta de investimento na formação e valorização dos profissionais da educação, desvalorização social da profissão docente e modelos de gestão autoritários e burocráticos são alguns dos fatores sistêmicos que contribuem para a precarização das condições de trabalho e para o adoecimento dos professores (Souza, 2016; Previatali; Fagiani, 2020).

Além disso, é fundamental reconhecer que o adoecimento profissional dos professores não afeta apenas sua saúde e bem-estar individual, mas também tem consequências significativas para a qualidade da educação oferecida aos alunos e para o funcionamento do sistema educacional como um todo. Professores doentes ou sobrecarregados têm menor capacidade de oferecer um ensino de qualidade, o que pode impactar negativamente no aprendizado e o desenvolvimento dos alunos. Diante desse contexto, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem holística e integrada para lidar com o adoecimento profissional de professores. Isso inclui a implementação de políticas que promovam melhores condições de trabalho, investimentos em formação e desenvolvimento profissional, valorização da carreira docente, promoção de práticas de autocuidado e bem-estar, e construção de ambientes escolares saudáveis e acolhedores.

Assim, o adoecimento profissional de professores é um problema complexo e multifacetado que requer uma análise crítica e ações concretas para sua prevenção e mitigação. Somente através de uma abordagem integrada e comprometida com a promoção da qualidade de vida e das condições de trabalho dos professores poderemos garantir uma educação de qualidade e o bem-estar de todos os envolvidos no processo educacional, desse modo, privilegiamos as percepções dos educadores afastados por meio da licença médica, a fim de compreendermos criticamente a promoção ou a diminuição da qualidade de vida durante o tratamento biomédico.

Sendo assim, aqui consideramos que os direitos trabalhistas desempenham um papel fundamental na promoção da qualidade de vida dos professores, proporcionando condições dignas de trabalho e garantindo seus direitos fundamentais. Em primeiro lugar, o respeito aos direitos trabalhistas assegura aos professores um ambiente laboral seguro e saudável, livre de práticas abusivas e condições precárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo aborda um tema de natureza qualitativa, pois articula um recorte local e, simultaneamente, global ao investigar as percepções sobre qualidade de vida e adoecimento laboral entre os docentes da Rede Estadual de Educação da Bahia. A pesquisa se insere em um contexto de profundas transformações nas condições de trabalho, influenciadas pelas diretrizes do neoliberalismo econômico e pela intensificação da precarização das relações laborais no século XX.

O foco central da investigação são os relatos de professores(as) afastados(as) temporariamente por meio de licenças médicas, buscando compreender as percepções desses profissionais sobre o impacto do adoecimento nas suas trajetórias pessoais e profissionais. A intensificação das demandas por produtividade e a precarização das condições de trabalho (Mészáros, 2015; Pereira; Previtali, 2017) têm afetado diretamente o bem-estar dos docentes. No contexto educacional, essas transformações extrapolam as barreiras da sala de aula, interferindo nas práticas pedagógicas e contribuindo para o desgaste físico e emocional dos professores.

Além disso, as mudanças abruptas no cenário político e educacional impõem aos docentes a necessidade de se adaptarem rapidamente a novas modalidades de ensino, muitas vezes sem a formação adequada. A redução da carga horária de algumas disciplinas e a introdução de novos conteúdos exigem que os professores assumam responsabilidades além de sua área de especialização, comprometendo seu tempo livre e sua saúde mental (Saviani, 2017).

Ressaltamos que as constantes reformas educacionais impõem exigências adicionais, como a criação de novas disciplinas que demandam formação específica — um requisito que nem sempre é atendido. Diante desse cenário, os professores acumulam funções, ampliando a carga de trabalho e contribuindo para o aumento do estresse e do adoecimento físico e mental. O excesso de responsabilidades, a pressão por resultados e a ausência de valorização profissional criam um ambiente propício ao esgotamento emocional e ao surgimento de doenças ocupacionais, como a síndrome de burnout. O adoecimento, por sua vez, gera um ciclo de insatisfação, sentimento de fracasso e, em casos graves, o desejo de abandono da profissão.

Os dados preliminares deste estudo revelam que o processo de solicitação de licença médica é percebido como burocrático, penoso e excessivo pelos docentes. A complexidade dos trâmites agrava os quadros de adoecimento, reduz a qualidade de vida e intensifica os impactos psicológicos negativos durante o tratamento. Portanto, o adoecimento dos professores não deve ser visto apenas como um fenômeno individual, mas sim como um reflexo das estruturas educacionais e sociais vigentes (Souza, 2016; Previatali; Fagiani, 2020). Fatores como baixos salários, jornadas extensas, uma vez que a ausência de recursos adequados e desvalorização da profissão contribuem para o agravamento das condições de trabalho. Além disso, a precarização das condições docentes impacta diretamente na qualidade da educação, pois profissionais adoecidos têm sua capacidade de ensino comprometida, prejudicando o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos.

Assim sendo, concluímos que os direitos trabalhistas são essenciais para garantir condições dignas de trabalho e proteger a saúde dos docentes. Políticas públicas que promovam melhores condições de trabalho, valorização da profissão e acesso à formação contínua são fundamentais para combater o adoecimento laboral e preservar a qualidade de vida desses profissionais. Logo, este estudo, ao analisar as percepções de professores afastados por licença médica, buscou contribuir para uma compreensão crítica e aprofundada das relações entre adoecimento, qualidade de vida e condições de trabalho, promovendo reflexões e debates essenciais para a construção de um ambiente educacional mais justo e saudável.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Lei nº 6.677/1994. Salvador: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, 1994. Disponível em: http://www5.tjba.jus.br/juizadosespeciais/images/pdf/legislacao/LEI_6677_94-ESTATUTO_SERVIDOR_PBLICO.pdf. Acessado em 15 de mar. de 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. CASA CIVIL. Constituição Federal (1988). Brasília: Sub-Chefia da Casa Civil; Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 15 de mar. de 2024.

BONDAN, Alzira Pimentel. Saúde docente: relação entre gênero e estresse profissional. / Alzira Pimentel Bondan; orientadora Bettina Steren dos Santos. – Porto Alegre, RS. 93f. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

CARDOSO JUNIOR, Welton. et. al. O materialismo histórico dialético e a qualidade de vida docente. In.: CARDOSO, Berta Leni Costa; NUNES, Cláudio Pinto; FAGUNDES, Heldina Pereira. (orgs.). **Qualidade de vida e saúde de profissionais da educação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

DAVOGLIO, Rita Tárzia; LETTNIN, Carla da Conceição; BALDISSERA, Cristina Generali. Avaliação

da qualidade de vida em docentes brasileiros: uma revisão sistemática. *Pro-Posições* | v. 26, n. 3 (78) | p. 145-166 | set./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-7307201507807>.

FAGIANI, C. C., PREVITALI, F. S. A nova configuração da classe trabalhadora no século XXI: qualificação e precarização. **Revista Ciências do Trabalho**, v. 3. n. 1, p. 53-67, 2014.

MELO, Luciana Siqueira Machado de. A atenção à saúde do escolar nas trajetórias de professores do Ensino Médio. / Luciana Siqueira Machado de Melo; orientadora Maria Auxiliadora Ávila dos Santos Sá. – Taubaté, SP. 133f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Taubaté, 2017.

MÉSZÁROS, István. A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

PEREIRA, L. D. S.; PREVIATALLI, F. S. Impactos da nova gestão pública no cenário educacional brasileiro. In.: **Pedagogia Histórico-Crítica: Educação e Revolução: 100 Anos da Revolução Russa**. For do Iguaçu: HISTEDBR, 2017.

PEREIRA, L. D. S. **Crise nas Licenciaturas: o novo perfil do professor da educação básica no Brasil sob a égide do neoliberalismo**. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Educação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. 2018.

PINHEIRO, Jaqueline Marafon. A interferência das doenças laborais na prática educativa sob a ótica dos professores do Ensino Médio. / Jaqueline Marafon Pinheiro; orientadora Neusa Maria John Scheid. – Frederico Westphalen, RS. 78f. Dissertação (mestrado) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2014.

PREVIATALLI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílon César. Trabalho e trabalho docente na educação básica em tempos precarização no Brasil. **Controversias y Concurrencias Latinoamericanas**, v. 11, n. 20, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5886/588663787013/588663787013.pdf>. Acessado em 15 de mar. 2024.

SAVIANI, D. A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. In. Carlos Lucena; Fabiane Santana Previtali; Lurdes Lucena (Orgs.) **A crise da democracia brasileira**. Vol. I –. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/>.

SILVA, Daniela Oliveira Vidal da; BRITO, Vera Lúcia Fernandes de; NUNES, Claudio Pinto. Refletindo sobre as condições de trabalho e saúde de docente no sudoeste da Bahia. *Revista Educação em Páginas, Vitória da Conquista*, v. 02, e12222, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22481/redupa.v2.12222>.

SOUZA, A. N. de. Professores, Modernização e Precarização. In.: ANTUNES, R. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2016.

TABELIÃO, Viviane Porto; TOMASI, Elaine; NEVES, Siduana Facin. Qualidade de vida e esgotamento profissional entre docentes da rede pública de Ensino Médio e Fundamental

no Sul do Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 27(12):2401-2408, dez, 2011.

TAMIASO, Douglas Magno Eleotério. Condições de trabalho e os impactos na saúde do professor de Ensino Médio. / Douglas Magno Eleotério Tamiasso; orientadora Sônia Maria da Costa Barreto. – São Mateus, ES. 66f. Dissertação (mestrado profissional) – Faculdade Vale do Cricaré, 2017.

TOZONI-REIS. Marília Freitas de Campos. O método materialista histórico dialético para a pesquisa em educação. **Revista Simbio-Logias**. v. 12, n. 17, 2020.

WILBERSTAEDT, Ioná Outo de Souza; VIEIRA, Marcia Gilmara Marian; SILVA, Yolanda Flores e. Saúde e qualidade de vida: discursos de docentes no cotidiano de uma escola pública de Santa Catarina. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. 219-238, 2016. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00026>.

Apêndice–Información sobre el artículo

Historico editorial

Submetido: 28 de Enero de 2025.

Aprobado: 07 de Junio de 2025.

Publicado: 05 de Julio de 2025.

Como Citar — APA

Soares, S. M. L., & Nunes, C. P. (2025). Percepções de docentes da rede estadual de educação básica da Bahia sobre adoecimento laboral e qualidade de vida. *PARADIGMA*, XLVI(2), e2025010. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2025.e2025010.id1675>.

Como Citar — ABNT

SOARES, Sandra Maria Lopes; NUNES, Claudio Pinto. Percepções de docentes da rede estadual de educação básica da Bahia sobre adoecimento laboral e qualidade de vida. *PARADIGMA*, Maracay, v. XLVI, n. 2, e2025010, Jul./Dic., 2025. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2025.e2025010.id1675>.

Conflicto de intereses

Nada que declarar.

Declaración de disponibilidad de datos

Todos los datos han sido presentados/generados en este artículo.

Derechos autorales

Los derechos de autor pertenecen a los autores, que conceden a revista **Paradigma** los derechos exclusivos de primera publicación. Los autores no serán remunerados por la publicación de sus artículos en esta revista. Los autores están autorizados a celebrar contratos adicionales por separado, para la distribución no exclusiva de la versión del artículo publicado en esta revista (por ejemplo, publicación en un repositorio institucional, en un sitio web personal, publicación de una traducción o como capítulo de un libro), con reconocimiento de autoría y primera publicación en esta revista. Los editores de la revista **Paradigma** tienen derecho a realizar ajustes textuales y adecuación normativas en este artículo.

Acceso libre

Este artículo es de acceso abierto (**Open Access**) y sin gastos de envío ni de procesamiento del artículo (**Article Processing Charges - APCs**). El acceso abierto es un amplio movimiento internacional que pretende proporcionar acceso en línea libre y gratuito a la información académica, como publicaciones y datos. Una publicación se define como de acceso abierto cuando no existen barreras financieras, legales o técnicas para acceder a ella; en otras palabras, cuando cualquiera puede leerla, descargarla, copiarla, distribuirla, imprimirla, investigarla o utilizarla en la educación o de cualquier otra forma dentro de los acuerdos legales.



Licencia de uso

Este artículo es licenciado con **Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivadas 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)**. Esta licencia le permite compartir, copiar y redistribuir el artículo en cualquier medio o formato. La licencia no permite utilizar el material con fines comerciales ni adaptarlo, remezclarlo o transformarlo.



Comprobación de similitud

Este artículo fue sometido a una comprobación de similitud utilizando el software de detección de texto **iThenticate** de Turnitin, a través del servicio de **Similarity Check** de la Crossref.



Proceso de evaluación

Revisión por pares a doble ciego (**Double blind peer review**).

Editor

Fredy E. González

Publisher

Este artículo ha sido publicado en la revista **Paradigma** vinculada al Centro de Investigaciones Educativas Paradigma (CIEP) del Departamento del Componente Docente de la **Universidad Pedagógica Experimental Libertador** (Núcleo Maracay). La revista **Paradigma** publica artículos de carácter técnico-científico, derivados de estudios e investigaciones que sirvan de apoyo al desarrollo del conocimiento educativo, propiciando el diálogo entre los diferentes campos de la educación. Las ideas expresadas en este artículo son de los autores y no representan necesariamente la opinión del consejo editorial o de la universidad. En Brasil, la revista Paradigma obtuvo la calificación **Qualis A1** en la **Evaluación CAPES (2017-2020)**.

